

PORTARIA DE OUTORGA N° 174/2025 - SEMAC
DE 13 DE NOVEMBRO DE 2025

Emite à **INTERGRIFFES SÃO CRISTOVÃO INDUSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÃO LTDA**, outorga de direito de uso de recursos hídricos superficiais em áreas estuarinas.

A SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, SUSTENTABILIDADE E AÇÕES CLIMÁTICAS, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, conforme estabelece a Lei n.º 9.156, de 8 de janeiro de 2023; de acordo com o disposto na Lei n.º 3.870, de 25 de setembro de 1997, no Decreto n.º 18.456, de 03 de dezembro de 1999, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 035000.03745/2025-7 e

Considerando que o estuário é a zona terminal de um rio que deságua no mar sujeito ao regime de marés, apresentando zonas de água salgada, variando a respectiva extensão com o caudal fluvial de montante e podendo as correntes de marés estender-se para além do limite de intrusão salina, propagando-se em zonas de água doce,

Considerando que as águas estuarinas possuem salinidade superior a 0,5%, de acordo com a Resolução CONAMA n.º 357/2005,

Considerando que, dada as características hidrodinâmicas dos estuários, não é possível aplicar os métodos usuais para cálculo da disponibilidade hídrica e, consequentemente, a determinação do balanço hídrico impossibilitando a gestão dessas águas, como preconiza a Política de Recursos Hídricos,

Considerando que constitui diretriz geral de ação para implementação da Política Estadual de Recursos Hídricos a integração da gestão das bacias hidrográficas com a dos sistemas estuarinos e zonas costeiras.

R E S O L V E:

Art. 1º. Fica outorgado à **INTERGRIFFES SÃO CRISTOVÃO INDUSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÃO LTDA**, C.N.P.J.: 10.632.565/0002-26, o direito de uso de recursos hídricos superficiais em área estuarina, lançado no rio das Pratas, localizada no município São Cristóvão, com a finalidade de atender a demanda de **lançamento de efluentes industriais**, situado no município mencionado acima, com as seguintes características declaradas pelo outorgado:

I – Vazão de lançamento, regime de operação, concentração de DBO_{5,20} e carga:

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Vazão de lançamento (m ³ /h)	4,5	4,5	4,5	4,5	4,5	4,5	4,5	4,5	4,5	4,5	4,5	4,5
Tempo (h/dia)	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9
Período (dia/mês)	6	21	21	21	21	21	21	21	21	21	21	18
Concentração DBO _{5,20} (mg/L)	120	120	120	120	120	120	120	120	120	120	120	120
Carga de DBO _{5,20} (kg/dia)	12,96	12,96	12,96	12,96	12,96	12,96	12,96	12,96	12,96	12,96	12,96	12,96

II – Coordenadas UTM (SIRGAS 2000): 8.782.504 m N e 695.726 m E Fuso 24S. Bacia Hidrográfica do rio Vaza Barris; Unidade de Planejamento 15 - Baixo Vaza Barris.

§ 1º. As características do lançamento de efluentes outorgado deverá estar de acordo com o estabelecido

nos procedimentos para obtenção da Licença de Operação expedida pela Administração Estadual do Meio Ambiente - ADEMA.

§ 2º. Num prazo de 90 (noventa) dias, a outorgada deverá implantar e manter em funcionamento equipamento contínuo de medição da vazão lançada.

§ 3º. A outorgada, quando do início da operação, deverá realizar mensalmente análise do parâmetro DBO_{5,20} do efluente lançado.

§ 4º. Os valores monitorados (vazão de lançamento e a concentração de DBO_{5,20}) deverão ser registrados em formulário disponibilizado pelo órgão gestor de recursos hídricos, que deve estar disponível no local da captação para consulta eventual pela fiscalização, como também enviados mensalmente a este órgão.

Art. 2º. A outorga de direito de uso de recursos hídricos em área estuarina poderá ser suspensa, parcial ou totalmente, em definitivo ou por prazo determinado, na necessidade de se prevenir ou reverter grave degradação ambiental ou no caso em que sejam descumpridas as normas e/ou condições estabelecidas nesta Portaria, ou ainda quando os estudos de planejamento regional de utilização dos recursos hídricos indicarem a necessidade de revisão das outorgas expedidas.

Art. 3º. A outorga de direito de uso em área estuarina objeto desta Portaria vigorará pelo prazo de 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado ou renovado. O pedido de renovação deverá ser feito com antecedência mínima de 90 dias da data de término da presente outorga.

Art. 4º. A SEMAC poderá modificar, suspender ou extinguir a Portaria de direito de uso em águas estuarinas se constatado que ocorreu violação ou inadequação de quaisquer condicionantes às normas legais, ou pela omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição da Portaria, ou ainda, automaticamente, se certidões, alvarás ou licenças de qualquer natureza, exigidas pela legislação federal, estadual ou municipal, forem indeferidas definitivamente.

Art. 5º. A outorgada responderá civil, penal e administrativamente por danos causados à vida, à saúde e ao meio ambiente em decorrência da outorga expedida por esta Portaria, bem como pelo uso inadequado que vier a fazer desta mesma outorga.

Art. 6º. O outorgado deverá cumprir rigorosamente a Legislação Ambiental, em especial a Lei nº 12.651/12, que institui o Código Florestal, artigos 4º e 6º, que tratam da proteção da vegetação e das áreas consideradas de preservação permanente.

Art. 7º. Esta Portaria de expedição de outorga em área estuarina não dispensa nem substitui a obtenção, pela outorgada, de certidões, alvarás e/ou licenças, de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal.

Art. 8º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Portaria de Outorga de Direito de Uso nº. 174/2025 - SEMAC

Aracaju, 18 de novembro de 2025